

A CONSTRUÇÃO DE BRASÍLIA: ALGUNS SILENCIAMENTOS E UM AFOGAMENTO

Paola Berenstein Jacques e Dilton Lopes de Almeida Júnior

Quem construiu a Tebas de sete portas?
Nos livros estão nomes de reis:
Arrastaram eles os blocos de pedra?

Bertolt Brecht



Imagem 01: Foto da Vila Amaury submersa. Fonte: Beto Barata ©

Como no episódio da *madeleine* em Proust, ao nos colocarmos recentemente diante das imagens arqueológicas da Vila Amaury, dos resquícios da favela sob o lago artificial de Brasília, nossa memória foi ativada por vários outros silenciamentos do passado sobre a construção da capital. Essas recordações nos fizeram ver este afogamento não como um caso isolado, como poderia parecer, mas como uma recorrência e, talvez mesmo, como uma vocação planejada da cidade capital moderna. As fantasmáticas reminiscências submersas no Lago Paranoá assim como na memória de seus habitantes, se mostram como uma sobrevivência - *Nachleben*, no sentido dado por Aby Warburg (2015, [1893]) - dos silenciamentos, tanto na história da capital quanto do próprio país.

O silenciamento dos “atrasos”

Nasceu de um gesto primário de quem assinala um lugar ou dela toma posse: dois eixos cruzando-se em ângulo reto, ou seja, o próprio sinal da cruz.

Lúcio Costa

Brasília nasceu de um gesto primário. Dois eixos cruzando. Ou seja: o próprio sinal da cruz. Como quem pede benção ou perdão.

Nicolas Behr

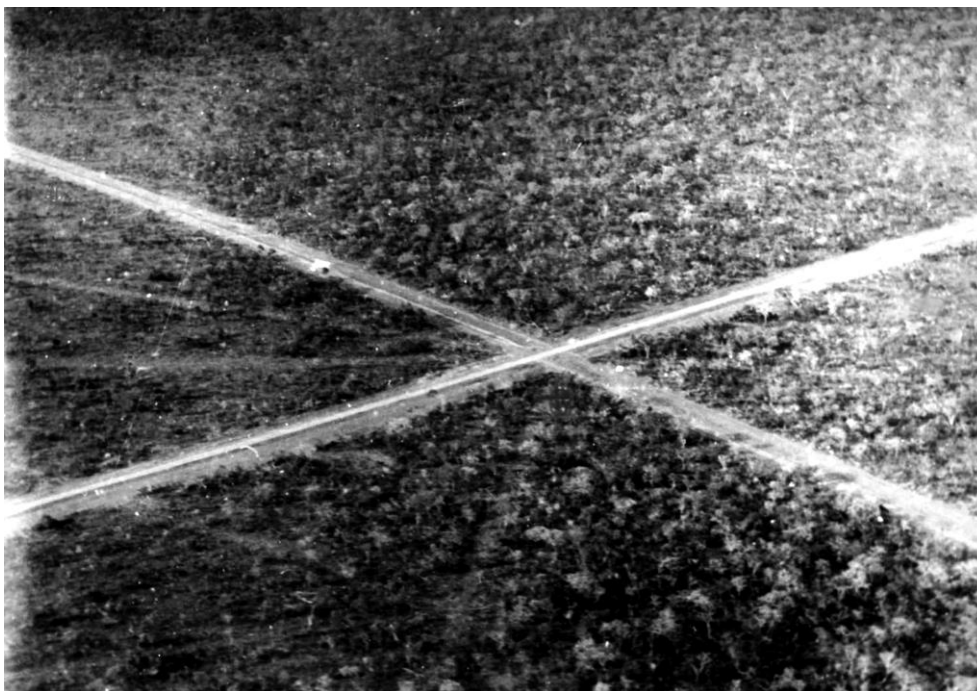


Imagem 2 : Cruzamento do eixo rodoviário com o eixo monumental. Fonte: Original Foto: Mario Fontenelle © versão digital editada: Lina Kim e Michael Wesely©.

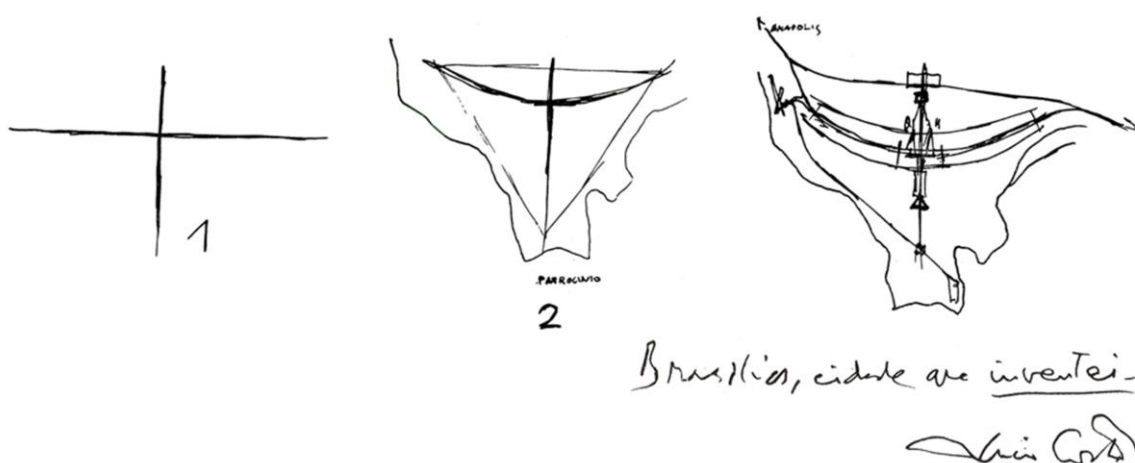


Imagem 3 : Croquis de Lucio Costa para o Plano Piloto da cidade.

A capital moderna do Brasil, Brasília – urbanismo de Lúcio Costa e arquitetura de Oscar Niemeyer – inaugurada em 1960, construída no planalto central do país em apenas três anos – talvez seja o melhor exemplo de projeto moderno desenvolvimentista do país que parte da ideia de um progresso técnico funcionalista e de uma ideia de pureza, sobretudo de uma pureza formal, arquitetônica e urbanística. Acoplado às intenções desenvolvimentistas, os discursos do progresso perpetuados pelo movimento moderno em arquitetura e urbanismo, serviram como dispositivos para a construção de uma cidade no meio do cerrado. Construção que foi justificada como oportunidade de saída do “atraso” do país, de mudança abrupta do curso histórico de nação de tradição colonial e que em pleno século XX demonstrava-se provinciana, patriarcal, rural e precarizada. O propício futuro do Brasil, considerado por tantos como o “país do futuro”¹, deveria finalmente chegar com a construção da nova capital: passaríamos diretamente do “atraso” ao progresso, à modernidade. Mas seria possível, a partir da construção de uma cidade, adentrar a modernidade sem escalas? Para Lucio Costa para tal seria preciso de “muita construção, alguma arquitetura e um milagre”².

Digam o que quiserem, Brasília é um **milagre**. Quando lá fui pela primeira vez, aquilo tudo era deserto a perder de vista. Havia apenas uma trilha vermelha e reta descendo do alto do cruzeiro até o Alvorada, que começava a aflorar das fundações, perdido na distância. Apenas o cerrado, o céu imenso, e uma idéia saída da minha cabeça. O céu continua, mas a idéia brotou do chão como por encanto e a cidade agora se espria e adensa.

Lucio Costa, revista Manchete, 1974

Brasília não é apenas uma cidade nova, surgida milagrosamente na solidão do altiplano; não é apenas técnica e arte, pioneirismo e arranjo. É antes de tudo a revolução, porventura a mais profunda do nosso tempo: a mudança na rota de um país empenhado em transpor a barreira do subdesenvolvimento e ocupar, entre os povos do mundo, o lugar que lhe cabe pela sua extensão, pelas suas riquezas, pelo valor de seus filhos.
Juscelino Kubitschek, (JK)³

¹ Stephan Zweig, com o livro “*Brasil, país do futuro*” (1941) é o mais conhecido mas não o único: “*Brasil, país do futuro*” de N.R. de Leeuw (1909); “*Brasil, país do futuro*” de H.Schüler, e “*O país do futuro*” de F. Bianco (1922). Sobre a questão ver Moser (2016). Essa ideia de futuro inaugural permeia quase todos os discursos elogiosos da nova capital como esse de Roland Corbisier, (“Brasília e o desenvolvimento nacional”, Módulo 18, junho 1960): “Na hora matutina em que assistimos o nascimento da nação, em que energias poderosas e indecisas desprendem-se da crisálida e tomam forma diante de nós, nessa hora inaugural em que se desenha a fisionomia do novo país, livre e soberano, celebremos o privilégio de sermos contemporâneos da epopeia de Brasília, a flor do deserto, a capital do futuro e da esperança.”

² “*Muita construção, alguma arquitetura e um milagre*”, Lucio Costa, jornal *Correio da Manhã*, 1951.

³ Resenha do Governo do Presidente JK (1956-1961), Serviço de documentação, 1960. Reproduzido em CEBALLOS, V. “*E a história se fez cidade...*” a construção histórica e historiográfica de Brasília, dissertação de mestrado (orientação Maria Stella Bresciani), UNICAMP, 2005.



Imagem 4: Lucio Costa apresenta projeto a JK para o Eixo Monumental, Fotografia de Jean Mazon, de 1957. Acervo do Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand (Masp)



Imagem 5: JK como bandeirante. Foto Peter Scheier. Cartaz da propaganda eleitoral de 1960. Fonte: Faria, Edgar; Se, Silvio; Civita, Richard; Civita, Roberto. Nosso Século. São Paulo: Abril, 1980.

Para transformar tão rapidamente a rota do país como queria o presidente JK, conhecido pelo slogan “50 anos de progresso em 5” de seu Plano de Metas, tudo que ainda era considerado “atrasado” precisou ser silenciado, ou mesmo afogado, para que o “milagre” da modernidade brasileira pudesse acontecer. Para um país que em pouco menos de cinquenta anos havia deixado de ser escravocrata e em um pouco mais de um século havia deixado de ser colônia, Brasília significava, sem dúvida, “uma nova capital para um novo país”. Para tanto, por meio da superação de tudo o que considerou-se como necessário de ser apagado da história brasileira, a cidade construiu-se, como nos aponta James Holston, antropólogo americano que publicou uma das primeiras etnografias da cidade, a partir da “[...] estética do apagamento e da reinscrição, da possibilidade apontada pela arquitetura e pelo planejamento modernistas de apagar a velha ordem e reinscrever uma nova.”(2010 [1993] p. 208). O arquiteto e antropólogo brasileiro, Carlos Nelson Ferreira dos Santos, sugere-nos que a construção de Brasília funcionou para o país como um imenso espelho mágico treinado para responder sempre que não havia nada mais belo, “a cidade havia sido feita para filtrar o que houvesse de feio ou desagradável [...] na expurgação do que era inaceitável no caráter nacional: seríamos belos, porque nos queríamos belos. Um espaço concebido racionalmente não daria lugar às fealdades de nossa sociedade e mostraria os antídotos para lidar com elas.”(DOS SANTOS, 2012 [1979], p. 199)

Brasília, considerada por Adrián Gorelik, “a realização da cidade mítica na representação cultural da modernidade latino-americana”(2005), foi então concebida para espelhar a promessa de “futuro” promissor que superaria os “atrasos” econômicos e sociais de um país historicamente colonizado e que precisava inserir-se em uma nova rede de economia mundial. Como nos aponta Benjamin Moser, “[...] o atraso aparentemente incorrigível do país, sua dolorosa carência de desenvolvimento econômico, sua vergonhosa irrelevância geopolítica: tudo seria varrido por uma metrópole estonteante erguida nos altiplanos de Goiás”(MOSER, 2016, p.22). A mesma questão aparece sob a perspectiva latina americana, onde esta inversão, da construção de uma cidade ser o meio de chegar ao desenvolvimento, parece não ser a exceção, mas a regra. O próprio canteiro da construção - extremamente precário, rudimentar, arcaico – da nova capital moderna, confirma a regra de forma exemplar.

Porque na América Latina a cidade, como conceito, foi pensada como instrumento para se chegar a outra sociedade, precisamente uma sociedade moderna. O que significa, é claro, que neste continente a modernidade foi um caminho para chegar ao desenvolvimento, não a sua consequência: a modernidade impôs-se como parte de uma política deliberada para conduzir ao desenvolvimento, e nessa política a cidade foi um objeto privilegiado. **Adrián Gorelik, 2005**

A inauguração da capital deveria ser o marco refundador do país, mesmo que através da superação forçosa e do silenciamento de suas condições “atrasadas” consideradas incompatíveis com o desejo de

futuro promissor de um novo país moderno. Como sabemos, a “fundação” mítica do país, após a invasão portuguesa do território, que passou a se chamar Brasil, foi calcada em um massacre dos índios nativos e, depois, proporcionou outra grande tragédia nacional, a escravidão de uma população negra trazida de várias partes da África por quase quatrocentos anos de colonização. O processo civilizatório de “fundação” da colônia portuguesa instituiu-se sob lógicas violentas de tomada de posse das terras consideradas desertas e virgens e, também, da catequese, conversão e exploração da mão de obra forçada dos negros africanos e dos ameríndios considerados aculturados e selvagens. A “refundação” moderna com a construção da nova capital *ex nihilo* no planalto central do país, apesar de ter ocorrido em momento democrático, também demonstrou-se violenta e, mesmo diante da expectativa de superação de lógicas coloniais passadas, podemos ver em inúmeros exemplos a reprodução atualizada de processos civilizatórios equivalentes.

Brasília surge neste imaginário em construção com uma perspectiva simbólica de conquista. [...] Esse aspecto é revelador do uso mítico que se fez da nova capital, inserida numa mitologia desenvolvimentista que enxergava um novo país a partir de sua industrialização prevista no Plano de Metas, ou seja, uma sociedade em que as diferenças sociais estariam sendo ultrapassadas por um desenho urbano original. **Brasilmar Ferreira Nunes, 2004**



Imagem 6: Primeira Missa de Brasília. Fonte: Revista Brasília. n. 6, 1957

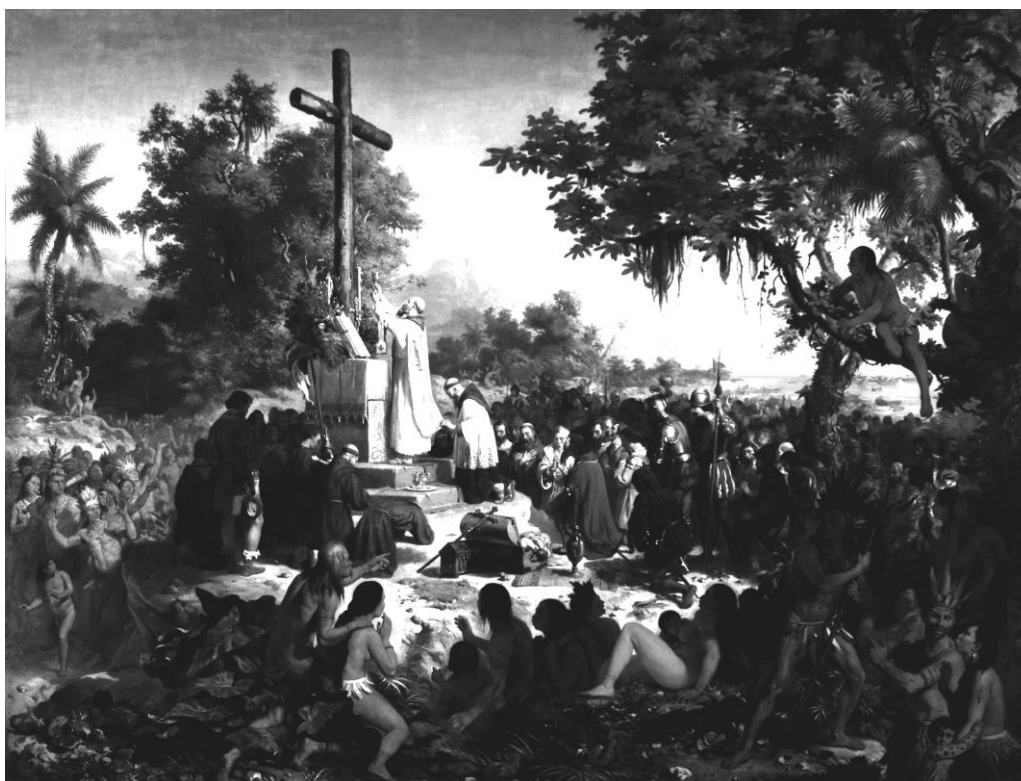


Imagem 7: Primeira Missa no Brasil. Fonte: Vitor Meireles, 1860. Óleo sobre tela. 268x351cm. Rio de Janeiro: Museu nacional de Belas Artes.

Recordemos, por exemplo, como o presidente JK tomou para si a imagem do primeiro governador geral do Brasil, Tomé de Souza⁴, apresentou-se ainda como um novo bandeirante e, logo no início das obras da capital, ainda em 1957, reencenou minuciosamente a primeira missa brasileira pós-”descobrimento” português, fato considerado pela história hegemônica⁵ como o início dos processos civilizatórios na colônia. Apesar do presidente Juscelino Kubitschek apontar Brasília como “um rompimento completo com o passado, uma possibilidade de recriar o destino de um país” (apud. MOSER, 2016, p. 33); vemos o mesmo JK se apropriar do imaginário do violento processo de colonização brasileira para legitimar a construção da capital.

A Cruz católica erguida na primeira missa do Brasil, em 1500, foi o primeiro símbolo de conquista do território a ser colonizado, marcando-se sobre o solo, as coordenadas, sempre alinhadas à constelação do Cruzeiro do Sul, de modo a consolidar as primeiras ocupações jesuíticas em terras brasileiras. Após 457 anos, a Cruz reaparece na primeira missa de Brasília, fincada no ponto mais alto do planalto central

⁴ Tomé de Souza, foi o primeiro governador geral do Brasil, chegando em 1549 para instalar a sede do novo governo, fundou a cidade de Salvador, a primeira capital do país.

⁵ Para os artistas antropófagos dos anos 1920, por exemplo, o marco inicial do país se dá com a deglutição do bispo Sardinha, português que chegou a Salvador em 1551, primeiro bispo do Brasil, e que, segundo relatos, foi devorado por índios caetés, em um banquete antropofágico no litoral do nordeste do país, provavelmente em 1554. Oswald de Andrade data seu Manifesto Antropofágico da seguinte forma: “ano 374 da Deglutição do bispo Sardinha”, em Piratininga (nome indígena de São Paulo).

brasileiro de modo a simbolizar a refundação de um novo país moderno. Em seu memorial descritivo para o plano piloto, dando continuidade ao sonho de José Bonifácio, conhecido como o Patriarca da Independência do Brasil, Lucio Costa também apropria-se do gesto de tomada de posse colonial e jesuítico da cruz como ponto inexorável de seu projeto moderno. A proposta urbana de Costa, envolta em polêmicas por ter-se tornado ganhadora do concurso⁶ para a construção da capital mediante a apresentação de apenas um memorial, também inicia-se retomando o passado do país: “... José Bonifácio, em 1823, propõe a transferência da Capital para Goiás e sugere o nome de BRASÍLIA” e termina por “[...] Brasília, capital aérea e rodoviária; cidade-parque. Sonho arquiseular do Patriarca” (1994 [1957]). O símbolo da cruz reaparece no traçado urbanístico de Costa marcando o solo de Brasília com os eixos arqueados, como as asas dos modernos aviões, de modo a ressignificar o gesto de tomada de posse reafirmando o processo civilizatório de um novo país moderno. Questionamo-nos junto a Arantes (2004), “[...] como não entrever na própria imagem da aeronave pairando sobre o chão rústico da ex-colônia, até hoje país subdesenvolvido, mais uma de nossas modernizações pelo alto, como que suspensa no ar, desmoronando ao menor tranco do país antigo, porém real?”

Arantes (2004) acredita que o “[...] viés estético que se quis preservar na arquitetura brasileira, descolado do social e, aparentemente, como toda obra de arte que se preze, sem função, acabou virando fetiche.”. Gorelik (2005) relembra-nos que “Brasília nasceu reivindicando-se tanto como obra de arte como de urbanismo e, por isso, monumento da modernidade”. A crítica empreendida pela Internacional Situacionista no ano seguinte de sua inauguração enxergava em Brasília o pleno desenvolvimento da arquitetura para funcionários onde o urbanismo seria capaz de fundir todas as antigas publicidades numa única publicidade do urbanismo⁷. A realização do Congresso Internacional de Críticos de Arte, ainda em

⁶ Rememoremos o imbróglio durante o pronunciamento dos vencedores do concurso para o Plano Piloto de Brasília. Diferentemente de todos os demais candidatos que apresentaram projetos e ante-projetos completos, Lucio Costa venceu o concurso com apenas um memorial descritivo do plano. Sobre o fato a pesquisadora Aline Moraes Costa (2002) nos diz: “O arquiteto Paulo Antunes Ribeiro não concordou com o processo de avaliação dos projetos apresentados, anexando seu voto em separado à ata final da comissão julgadora do concurso de Brasília. Ribeiro expôs sua contrariedade alegando irregularidades na seleção dos planos, feita num tempo record de dois dias e meio, onde nem sequer os memoriais descritivos haviam sido lidos. Dos 26 trabalhos apresentados, foram escolhidos 10 deles. Para amenizar sua insatisfação, Ribeiro sugeriu a formação de uma só equipe com os autores desses 10 projetos pré-selecionados, acrescentando-se a eles um décimo-primeiro plano, o dos arquitetos Joaquim Guedes, Liliana Marsicano Guedes, Carlos Millan e Domingos de Azevedo, para a elaboração de um novo projeto. Essa proposta foi negada pelos outros participantes do júri”. (COSTA, apud. MORAES, 2002) Sobre o concurso ver ainda: Milton Braga, *O concurso de Brasília*, São Paulo, Cosac Naify, 2010; e também sobre o concurso e outros projetos para Brasília: Jeferson Tavares, *Projetos para Brasília 1927- 1957*, Iphan, Brasília, 2014.

⁷ “Em Brasília, a arquitetura funcional revela o pleno desenvolvimento da arquitetura para funcionários, o instrumento e o microcosmo da Weltanschauung burocrática. Pode-se constatar que, onde o capitalismo burocrático e planejador já construiu seu cenário, o condicionamento é tão aperfeiçoado, a margem de escolha dos indivíduos é tão reduzida, que uma prática tão essencial para ele, como é a publicidade, que correspondeu a um estágio mais anárquico da concorrência, tende a desaparecer na maioria de suas formas e suportes. É possível que o urbanismo seja capaz de fundir todas as antigas publicidades numa única publicidade do urbanismo.” (CRÍTICA AO URBANISMO – IS 6, agosto de 1961)

1959, possibilitou a vinda de diversos intelectuais que discutiram e criticaram as condições que possibilitaram a emergência da cidade moderna brasileira e de sua construção.⁸

Os candangos silenciados



Imagem 8: reportagem revista Manchete de 1957: em 3 anos: a cidade mais moderna do mundo”, candangos chegando a pé para construir a capital federal.

Holston (2010 [1993] p.199) nos chama atenção de que o plano piloto de Costa, ao ocultar as origens históricas e as intenções de Brasília sob um manto mitopoético, dilui as contradições e desigualdades da sociedade brasileira⁹, justamente quando os detalhes da construção, da ocupação e da organização da cidade, são silenciados, pois estes negariam o objetivo da construção da cidade: libertar-se das condições existentes, daquilo que era inadequado e inaceitável no Brasil.

A solução que tentou dar para este paradoxo foi a de contratar mão-de-obra para erigir Brasília, mas usar seus poderes administrativos e policiais para remover a força de trabalho da capital construída. Negando aos operários da construção direitos de residência, pretendia evitar que o Brasil por eles representado fincasse raízes na

⁸ Cf. o verbete produzido pela Cronologia do Pensamento Urbanístico, <http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br/apresentacao.php?idVerbetes=1528&langVerbetes=pt>

⁹ “Brasília seria sua expressão máxima e, como bem registrou Frampton, o seu limite, “seu ponto de crise”, seja pelo que sua setorização, que obedecia a hierarquias de classes e de poder, significava, como explicitação e reforço da segregação social existente no país; seja pelo o que a sua própria representação produzia de “formalista e repressivo”. (ARANTES, 2004)

cidade inaugural. A dificuldade desta solução é que destruía o projeto utópico. Os planejadores do governo usaram, de modo necessário e até mesmo inconsciente, os únicos meios à disposição para assegurar seu objetivo: os mecanismos de estratificação social e de repressão que constituem a própria sociedade que tentavam ver excluída¹⁰.

"MÔÇO...
EU FIZ ESTA CIDADE!"

"Quer dizer, eu não fiz ela toda, mas ajudei um bocadinho!" Assim como ele, milhares de outros "candangos"... milhares de novos bandeirantes se orgulham de ter feito Brasília. Cada um deles contribuiu com o seu quinhão de técnica, de talento e de trabalho para tornar realidade esse belo sonho brasileiro.

Hoje Brasília abre as portas para o mundo e canta a sua glória. Mas a glória que fica é a dos "candangos" brasileiros - dos administradores e dos técnicos aos operários. Eles gravaram na epopéia da construção de Brasília a marca do arrôjo brasileiro, o valor de sua inteligência e a fé inabalável no futuro deste País.

A Esso Brasileira de Petróleo esteve ao lado desses homens desde o primeiro instante. E eles nos ajudaram a construir ali o primeiro posto de serviço de Brasília - pioneiro em terra de pioneiros - o Posto Esso Tiradentes, inaugurado a 24 de abril de 1959 pelo Presidente Juscelino Kubitschek.

ESSO BRASILEIRA DE PETRÓLEO 

Fig. 6.1 Anúncio para a inauguração de Brasília, Esso, 1960.
De Brasília: Edição Arquitetura & Engenharia (1960).

Imagem 9: Anúncio para a inauguração de Brasília, Esso, 1960. De: Brasília: Edição Arquitetura e Engenharia (1960).

¹⁰ HOLSTON, 2010 [1993], p.200

Se na primeira fundação do país os mais atingidos foram os nativos, habitantes da “terra nova”, na refundação a partir da construção da capital, além da população indígena do cerrado¹¹ os mais atingidos foram os próprios construtores da “cidade nova”, operários migrantes, a maioria de sertanejos: os chamados candangos. A demanda da construção célere em apenas três anos, levou à Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, a Novacap¹², a instituição de um regime de construção sem interrupção, implementando, como nos aponta Holston (2004, p.164), um novo sentido de tempo nacional, um regime de trabalho duro, conhecido em todo o Brasil como o “ritmo de Brasília”¹³. Para a construção da cidade, a Novacap assumiu uma vertiginosa campanha de recrutamento de mão de obra, levando milhares de pessoas a deixarem suas cidades natais em busca de oportunidades de emprego, renda e de futuro promissor no planalto central brasileiro. Movidos pela promessa de futuro melhor e com chances de mudança da qualidade de vida, as populações de migrantes, principalmente nordestinos, somavam-se em 12 mil pessoas antes mesmo do início da construção da cidade que chegavam à Brasília com a ideia de que ali encontrariam ofertas de emprego com salários altos e sem limites para rendimento. Escapando das secas históricas que assolaram a região Nordeste do Brasil no fim dos anos de 1950, essa população almejou, em Brasília, a expectativa de rápido enriquecimento e promoção profissional alimentada pelas campanhas de recrutamento¹⁴ e liberação remunerada dos regimes de trabalho de horas extras. Em março de 1958, passados apenas seis meses do lançamento do edital para o concurso do plano urbanístico da cidade, o território de Brasília já comportava população próxima aos 30 mil habitantes. Dois anos mais tarde, um recenseamento geral constataria que essa população havia ultrapassado a casa dos 140 mil.

Em 1960, a população do DF era de 140.164 habitantes, 52% dos quais residindo fora da área projetada por Lucio Costa. Portanto, falar de Brasília, desde os últimos anos de 1950, não apenas implicava reconhecer a existência de outras formas de ocupação urbana no território do DF como também constatar que a população vivendo no entorno candango sempre foi maior do que a do Plano Piloto. (SCHELEE, 2004)

¹¹ Como nos aponta WESELY e KIM (2010): “*A presença humana no cerrado brasileiro remonta a aproximadamente 11 mil anos. A abundância de recursos na região - hídricos, minerais, vegetais e animais - ensejou o surgimento da agricultura e de inúmeras culturas indígenas do grupo macro-jê, há cerca de 4 mil anos. Denominados tapuias - com a acepção de “bárbaros” na língua tupi -, esses povos relutaram em cooperar com os portugueses que avançavam em seu território.*” Existem, ainda hoje, conflitos com populações indígenas na área do Distrito Federal, como a recente disputa de comunidades das tribos Fulniô-Tapuya que se movimentaram e contestaram o desenho propício à especulação imobiliária sobre parcelas de terra no Setor Noroeste do Plano Piloto. A área, em questão, seria para os indígenas, um santuário ou um cemitério indígena desde antes da construção de Brasília e que, por isso, teria um valor sagrado para os mesmos.

¹² NOVACAP – Companhia construtora da nova capital, empresa criada em 1956 para executar as obras da construção de Brasília.

¹³ “*Quebrando o compasso do colonialismo português, esse é o nosso ritmo: 36 horas por dia de construção da nação – “doze durante o dia, doze durante a noite e doze por entusiasmo”. Ele expressa justamente a nova consciência espaço-temporal da modernidade de Brasília, que apresenta a possibilidade de acelerar o tempo e de impelir o país para um futuro radiante.*” (HOLSTON, 2004, p.164)

¹⁴ Apesar do recrutamento ser regulado por órgãos estatais que mediavam a contratação dos operários por parte das construtoras, há indícios de um lucrativo tráfico de trabalhadores, com operadores solitários que percorriam de caminhão os estados do Nordeste à procura de jovens adequados para o trabalho.

Para essa massa populacional designou-se a palavra *candango*; o termo apesar de não emergir no contexto de Brasília foi amplamente empregado e vinculado aos primeiros construtores da capital com viés “[...] depreciativo, quase insultuoso. Significava alguém sem qualidades, sem cultura, um ignorante sem eira nem beira da classe baixa.” (HOLSTON, 2010 [1993] p.210). O poeta Nicolas Behr¹⁵ nos apresenta o termo da seguinte maneira:

Candango: Hoje, chamar alguém de candango é um ato amoroso. Mas não era assim durante as obras de Brasília. Candango era o peão, o sofredor operário da construção civil. Termo de origem africana, era como os nativos chamavam os portugueses. Ninguém sabe ao certo como esse nome chegou a Brasília. Pouco importa. O certo é que naqueles tempos heroicos ser chamado de candango era pejorativo. Criou-se aí a primeira distinção social na cidade- utopia: de um lado, candangos, os trabalhadores braçais, (que colocavam, literalmente, a mão na massa) e, do outro lado, os pioneiros, letrados e doutores, muitos faturando alto com a transferência da Capital. Os candangos surpreenderam o mundo: em três anos e alguns meses construíram Brasília. Após a inauguração, sem lugar no Plano Piloto, restou a esses verdadeiros heróis anônimos serem deslocados para as então nascentes cidades-satélites, evidenciando claramente a setorização social e a maior importância dada ao funcionamento administrativo da cidade do que à integração dos operários ao projeto na nova capital. Atualmente o nome candango já não carrega o viés negativo.¹⁶

Mesmo se como diz o poeta Nicolas Behr o nome candango hoje não carrega mais o viés negativo, sua presença ainda não é corrente na história hegemônica de Brasília, em particular no campo da história da arquitetura e do urbanismo, ainda são raros os textos¹⁷ que se propõem a revisar criticamente a construção da capital que apresente a situação de seus construtores. Se os textos, sobretudo nos livros de história, ainda são muito raros, podemos encontrar, além de alguns arquivos sonoros¹⁸, uma série de fotografias dos candangos, do canteiro de obras e dos primeiros assentamentos que, voluntaria ou involuntariamente, mostram toda a precariedade da construção da capital moderna, além de uma boa filmografia composta, em particular, de documentários¹⁹.

¹⁵ Sobre a relação entre a poesia de Nicolas Behr e a cidade de Brasília ver ALMEIDA JUNIOR, Dilton Lopes de. **À margem:** Diante da poesia, diante da cidade. 2017. 312 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Programa de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, PPGAU-UFBA, Salvador, 2017

¹⁶ BEHR, N. *Candango* In.: **Brasília-Z** cidade-palavra. Brasília: Ed. do autor, 2014.

¹⁷ Destacamos para além do trabalho do antropólogo James Holston (2010 [1993]), a pesquisa de Nair Heloísa Bicalho de Souza (1983), Aldo Pavianni (2005), Gustavo Lins Ribeiro (2008) e as combativas inquietações do Prof. Frederico Flósculo.

¹⁸ Depoimentos em áudio de pioneiros da construção da capital federal podem ser encontrados no Arquivo Público do Distrito Federal.

¹⁹ O poeta Nicolas Behr (2014) inventariou os seguintes filmes que tratam da cidade organizados de forma cronológica: “Fala Brasília” (1965), de Nelson Pereira dos Santos; “Brasília – contradições de uma cidade nova” (1967), de Joaquim Pedro de Andrade; “Brasília segundo Feldman” (1979) de Vladimir Carvalho; “Os anos JK”

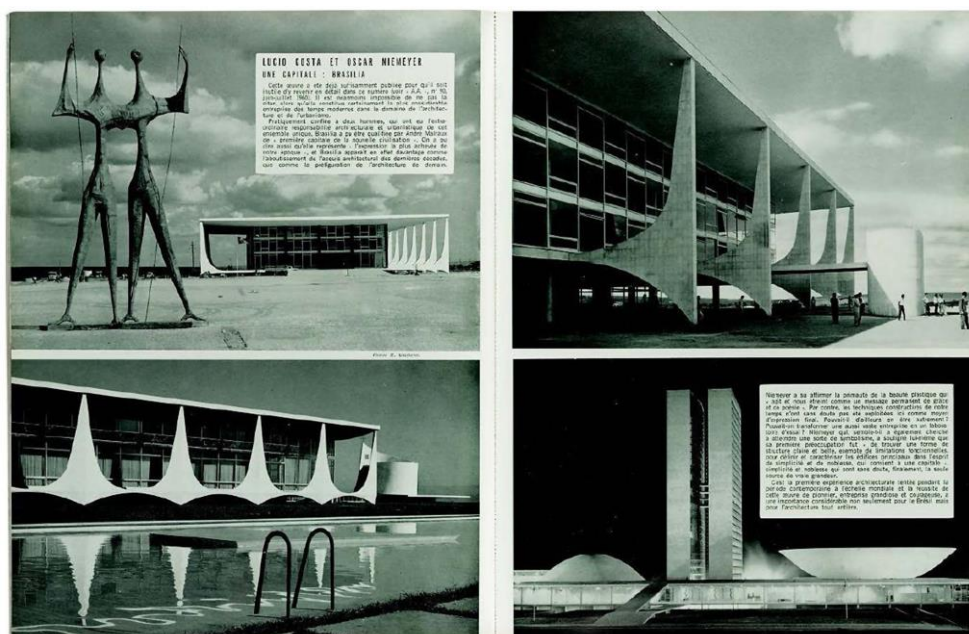


Imagem 10: Fotografias de Marcel Gautherot na revista *L'Architecture d'Aujourd'hui* - Brèsil Brasília Actualités, Paris, v. 31, n. 90, jun.-jul. 1960

O fotógrafo francês que morou no Brasil, Marcel Gautherot, conhecido como o fotógrafo preferido de Oscar Niemeyer, Roberto Burle Marx e dos arquitetos modernos brasileiros, foi à época então contratado para a cobertura fotográfica da construção da nova capital. Suas imagens circularam na revista *Brasília*²⁰ e correram o mundo na difusão da arquitetura moderna brasileira. Se, por um lado, Gautherot fotografava a arquitetura moderna para diferentes revistas especializadas, por outro, ele desviava do seu contrato inicial e fazia fotografias também, sem conseguir publicá-las, do cotidiano dos candangos construtores da capital. É possível, assim, no espectro da sua obra perceber um registro que desvia de sua produção reconhecida ao pôr em evidência o registro das condições precárias da construção da cidade, dos seus construtores e de seus

(1980), de Silvio Tendler; “A idade da terra” (1980), de Glauber Rocha; “Taguatinga em pé de guerra” (1982), de Sérgio Rezende; “Contrerrâneos velhos de guerra” (1990), de Vladimir Carvalho; “Honestino” (1992), de Maia Coeli Almeida Vasconcelos; “Inferno no Gama” (1993), de Afonso Brazza; “Louco por cinema” (1994), de André Luiz Oliveira; “A invenção de Brasília” (2001) de Renato Barbieri; “Barra 68” (2003), de Vladimir Cavalho; “O risco: Lucio Costa e a Utopia Moderna” (2002), de Geraldo Mota Filho; “A concepção” (2005), de José Eduardo Belmonte; “Romance do vaqueiro voador” (2006), de Manfredo Caldas; “Macacos me mordam” (2006), de Érico Cazarré; “Nada consta” (2006), de Santiago Dellape; “Insolação” (2009), de Daniela Thomas e Felipe Hirsch; “Braxília” (2010), de Daniela Proença; “Simples mortais” (2010), de Mauro Giuntini; “Deus” (2011), de André Miranda; “A cidade é uma só?” (2012), de Adirley Queirós; “Meu amigo Nietzsche” (2012), de Fáuston da Silva; “Somos tão jovens” (2013), de Antônio Carlos Fontoura; “Faroeste Caboclo” (2013), de René Sampaio; “Branco sai, preto fica” (2014), de Adirley Queirós; “Geração baré-cola – usuários do rock” (2014), de Patrick Grosner e por fim “O último Cine Drive-in (2014), de Iberê Carvalho.

²⁰ A revista *Brasília*, começou a circular desde o fim do concurso para o Plano Piloto, no ano de 1957. Ver o verbete produzido pela Cronologia do Pensamento Urbanístico: <http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br/apresentacao.php?idVerbetes=1603&langVerbetes=pt>

primeiros habitantes. Kenneth Frampton (2010), historiador da arquitetura, ressalta esse “impulso etnográfico”²¹ que trouxe Gautherot ao Brasil:

Seria muito no mesmo espírito que, duas décadas mais tarde, Gautherot abordaria a sua documentação da Brasília *en chantier*. As suas imagens da capital em construção no *hinterland*, em meio a um planalto parcamente povoado, ressurgem hoje como o *stills* esquecidos de um filme do realismo socialista (...). Como socialista convicto que havia amadurecido à época da Frente Popular francesa, pouco antes do trágico desfecho da Guerra Civil espanhola, Gautherot parece ter encarado a realização de Brasília como oportunidade seminal na história do que era, então, o primeiro Estado multirracial moderno. Próximo do espírito de fotógrafos socialmente engajados, como Henri Cartier-Bresson, Robert Capa e Tina Modotti, ele parece ter visto aquele ensejo como um ponto de convergência entre as visões esclarecidas de uma elite brasileira e a energia heroica de trabalhadores nômades das classes mais destituídas, os denominados « candangos » (...). Frampton (2010).



Imagem 11: Trabalhadores nas obras do Palácio do Congresso Nacional, em fase final de 127 concretagem, c. 1959. Fonte Marcel Gautherot. Acervo Instituto Moreira Salles © versão digital editada: Lina Kim e Michael Wesely©

²¹ Gautherot, como outro fotógrafo francês amante do Brasil, Pierre Verger, foi colaborador do Museu do Homem, museu etnográfico de Paris, responsável pela estruturação do registro fotográfico da coleção de etnografia junto com Verger, já no Brasil, foi contratado pelo SPHAN a início para fazer o registro do Museu das Missões, projetado por Lucio Costa, e na sequência a documentação fotográfica da arquitetura barroca mineira, essa colaboração com o serviço nacional de patrimônio durou três décadas.

Além de Gautherot, vários outros fotógrafos documentaram a construção da capital como Mario Fontenelle, contratado pela Novacap, Ake Borlund, Thomas Farkaz, Peter Scheier, entre outros²². Dentre vários trabalhos artísticos sobre a capital destacamos o trabalho da artista plástica Rosângela Rennó que trabalhou com os registros dos operários da Novacap dentro do Arquivo Público do Distrito Federal, em uma instalação de 1994 intitulada “Imemorial”²³.

O documentário de 1990, “Conterrâneos Velhos de Guerra”, filme de Vladimir Carvalho foca nas mortes de operários nos canteiros da construção de Brasília e, em particular, sobre o massacre da Construtora Pacheco Fernandes²⁴. O documentário, além de investigar as condições precárias do canteiro de obras da cidade, constatando os acidentes e mortes frequentes, apresenta-nos um caso de uma chacina de fato, abafada na época de todas as formas possíveis. Fala-se em vários mortos metralhados no alojamento da construtora, que se assemelhava, pelos relatos dos antigos trabalhadores presentes no filme, a uma verdadeira prisão de trabalho escravo com controle rigoroso e péssimas condições. Essas condições do canteiro de obras da capital foram ainda amplamente criticadas pelos integrantes do grupo Arquitetura Nova²⁵, principalmente pelo arquiteto Sergio Ferro ao questionar as relações hierarquizantes, condições precarizadas de trabalho e de exploração da mão de obra encontradas no canteiro²⁶ da construção de Brasília.

²² Sobre a relação entre Brasília e fotografia ver o texto de Andrey Schlee, *Narrativas históricas e culturais de Brasília* (2014), onde ele diz: “A experiência dos fotógrafos de Brasília é comparável à do artista francês Jean-Baptiste Debret (1768 – 1848), que, sendo pintor da corte do Rio de Janeiro, não se ateuve apenas à documentação oficial. Mas, dialeticamente, registrou o cotidiano da sociedade colonial e imperial brasileira.”

²³ A instalação consistia na recontextualização de imagens fotográficas encontradas nos arquivos da Novacap. Composta por 40 retratos em película ortocromática pintados fixados nas paredes e 10 retratos em fotografia cor sobre papel resinado distribuídos em bandejas de ferro e parafusos, configurando espécies de lápides em alusão às pessoas mortas no período. “[...] ...Ocupando uma extensão longa de parede e do piso à frente desta, fotografias escuras e enfileiradas mostram, em dimensões maiores que as naturais, rostos de homens e de algumas poucas mulheres, além de outros que pertencem claramente a crianças. [...] As fotografias são, além disso, todas numeradas, como se a marca a sua entrada em um arquivo que registra pessoas como dados. [...] Encimando as fotografias, apenas sublinha o recalque de identidades que esses retratos paradoxalmente atestam” (Moacyr dos Anjos apud. GONDIM, R. *MEMORIAL: fotografia e reconstrução da memória em Rosângela Rennó* In. **Revista do Programa de Pós-graduação em sociologia da UFPE**, v.1, n. 17, Recife, 2011.

²⁴ Neste documentário, Vladimir Carvalho entrevista Lucio Costa e Oscar Niemeyer sobre o suposto massacre, enquanto Costa diz que tratava-se de: “Um problema sociológico de afluxo de mão de obra de toda procedência para, no meio do deserto, construir uma cidade... Se houve o que você disse [chacina de candangos] foi uma espuma, não tem gravidade...”, Niemeyer fica indignado com a pergunta e fala para o cineasta parar de filmar.

²⁵ Compostos pelos arquitetos, Flávio Império, Rodrigo Lefèvre e Sergio Ferro. A experiência no canteiro de obras de Brasília reverberou intensamente na trajetória intelectual de Ferro, ao questionar as relações da própria arquitetura com as condições dos trabalhadores durante a construção da edificação. Destacamos a publicação em 1976, do artigo de autoria de Ferro (2006), “O canteiro e o desenho”.

²⁶ “Eram canteiros doídíssimos, sofridíssimos, cercados, ameaçados, com condições de trabalho péssimas e jornadas de trabalho enormes, alimentação precária e tudo isso. Pouco mais tarde, tive contato com vários operários que participaram da construção de Brasília, e eles contavam de um sofrimento que a gente mal imaginava ainda na época: operários se suicidando, se jogando debaixo de caminhões, desesperados, com fome, com disenteria, impossibilitados de sair de lá, com um cerceamento da liberdade absolutamente enorme. Então foi possível de ver logo, antes mesmo

Nós falamos sempre da ruptura da ditadura de 1964 como o momento de uma violência enorme que se instala, mas é preciso não esquecer que essa violência estava nos canteiros de Brasília. E esse fortalecimento da dimensão autoritária favoreceu, na arquitetura, o desenvolvimento do risco, mas já num outro sentido : do traço da mão que comanda, da arbitrariedade mesmo do seu movimento. **Sérgio Ferro** (2003).

Por fim, destacamos o documentário ficcional mais recente, “A cidade é uma só?” (2012) de Adirley Queirós, que se põe a escavar em arquivos, os documentos e as memórias de moradores reassentados cidade-satélite de Ceilândia que participaram da Campanha de Erradicação de Invasões do Distrito Federal, a CEI, criada nos anos de 1970 para erradicar vilas e favelas da capital. O título do filme, “A cidade é uma só”, era o jingle da Campanha de Erradicação de Invasões²⁷ que estimulava a retirada das famílias de suas residências e foi a responsável por expulsar a população para cidades-satélites ao redor do Plano Piloto, dentre elas CEILÂNDIA, cidade da CEI, onde mora o cineasta Adirley Queirós. O documentário põe em encenação e escancara as discrepâncias urbanas sócio-espaciais entre o Plano-Piloto e os territórios das cidades-satélites ao requerer inclusive o direito à memória desses processos, por vezes traumáticos, de remoção.

A Ceilândia apresentada por Queirós é uma das Cidades-satélite onde moram, ainda hoje, boa parte dos antigos candangos – operários que vieram de várias áreas do país, a maioria do sertão nordestino, e moravam com suas famílias²⁸ em favelas improvisadas na época da construção da cidade – que construíram Brasília com suas próprias mãos mas, que após sua inauguração, em 1960, foram removidos e expulsos para a periferia do Plano-Piloto projetado por Lucio Costa somente para os funcionários da capital federal. No entanto, não só os candangos queriam permanecer na cidade que eles construíram, como eles também resistiram, em suas favelas autoconstruídas, à relocação para as cidades-satélite, que ficavam distantes do plano piloto. Não havia no projeto moderno de Lucio Costa previsão de habitações populares para os operários de sua construção, e esperava-se por parte dos planejadores, que os operários deveriam voltar a

da inauguração de Brasília, essa espécie de dualidade, de contraste brutal entre, de um lado, a esperança anunciada no desenho dos dois – Lucio e Niemeyer -, e também no discurso oficial do Juscelino, de um lado, e a base que serviria para construção desse sonho. Evidentemente parecia, para quem participava, para quem estava lá dentro, que havia alguma coisa muito estranha na construção daquele sonho, na construção daquele novo Brasil.” Sérgio Ferro, Entrevista a Geraldo Motta Filho, Guilherme Wisnik e Pedro Fiori Arantes no filme *O risco. Lucio Costa e a utopia moderna*, 2003

²⁷ A grande campanha de erradicação de invasões foi liderada pela primeira dama do estado da época, Vera Prates, somente de 1970 a 1976 erradicou cerca de 120 mil pessoas de favelas do Plano Piloto, e houve um aumento de 50 mil lotes, nas cidades satélites novas como Ceilândia ou nas já existentes.

²⁸ Apesar da existência das vilas e favelas, a edificação de moradias familiares, serviços e comércio não era permitida pela Novacap dentro do plano-piloto. A companhia urbanizadora se restringia à promoção de acampamentos provisórios, dentro do canteiro de obras, que servia de alojamento para os construtores, em sua maioria, homens solteiros ou migrantes que deixavam suas famílias em suas cidades natais. Quando os migrantes chegavam com suas famílias, ou quando as famílias chegavam para reencontrá-los, a solução era a mesma de todas as grandes cidades brasileiras: a autoconstrução.

seus estados de origem após a inauguração da cidade. Justamente por essa prerrogativa que toda as construções erigidas, para o canteiro de obras, foram feitas em madeira, de forma a facilitar a demolição e remoção dos alojamentos após a inauguração da capital.

E assim, a cidade que supostamente seria de todos, resultado de uma comunhão de esforços, embora feita por *eles*, os operários candangos, não foi feita para *eles*. Aliás, essa exclusão é explicitamente defendida pelos mais ortodoxos guardiões de Brasília, como condição necessária a sua existência tal como foi concebida. E desses "guardiões do templo", o francês Yves Bruand se faz o porta-voz: "Pode-se imaginar a catástrofe que teria resultado de um plano flexível, onde se teria tentado integrar toda uma população miserável incapaz de curvar-se perante as normas urbanas de uma metrópole digna do século XX". Posição que dispensa comentários, mas que, por estranha ironia e involuntariamente, ratifica o que até aqui afirmei, a começar pela falácia do mito da comunhão. **Paulo Bicca** (1985)

O traçado purista do plano-piloto em forma de cruz pode ser visto como o exato avesso da complexidade formal da cidade autoconstruída, das favelas brasileiras, ou da própria periferia mais pobre de Brasília, no entorno do plano piloto. Como nos lembra o geógrafo brasileiro, Milton Santos (1965), “vontade criadora e subdesenvolvimento do país são, pois, os termos que se afrontam na realidade efetiva de Brasília. É da sua confrontação que a cidade retira os elementos de sua definição atual”. Sobre o “ritmo de Brasília”, Holston (2004) parece entrever duas formas de projetar:

Uma é o projeto total modernista, baseado em um futuro imaginado. Esse tipo de projeto é mantido pela completude dos próprios planos, que possuem caráter estático, como um conjunto de instruções. No caso de Brasília, o plano piloto de Costa de fato se tornou lei com a inauguração da capital. [...] A segunda forma de projetar e planejar baseia-se na própria contingência. Ela improvisa e experimenta como um meio de lidar com a incerteza das condições atuais. O projeto de contingência trabalha com planos que são sempre parciais. Assim, são possibilidades atuais que sugerem os meios para um futuro alternativo. É uma forma de projetar baseada no conhecimento imperfeito, no controle incompleto e na falta de recursos, que incorpora conflitos e contradições como elementos constitutivos. [...] A necessidade de construir Brasília rapidamente e a falta de mão de obra especializada criaram um regime de trabalho de improvisação e engenhosidade em ambas as zonas. Os trabalhadores de Brasília tornaram-se famosos como quebra-galhos, um tipo de *bricoleur* pronto para atacar qualquer tarefa com grande destreza, mas com recursos limitados; ou, como brincou um candango, “pronto para encarregar-se de tarefas para as quais ele não está suficientemente preparado.”²⁹

Importante lembrarmos que o candango que constrói a cidade moderna, junto com sua inventividade em lidar com a contingência, é o mesmo que constrói as favelas onde mora nas margens da mesma cidade moderna. Nele, o “atraso” coexiste como o “moderno” formando algo outro. Para tanto, Holston (2004) parece lançar luz sobre uma possível imagem do candango como um *bricoleur*. Jacques

²⁹ HOLSTON, 2004, p. 166

(2001) já havia usado essa mesma imagem, a partir de Lévi-Strauss³⁰, para evocar os construtores das favelas:

[...] a bricolagem, que tem a ver com o acaso e a incompletude. Os arquitetos-favelados são antes de tudo, excelentes *bricoleurs*, termo utilizado por Lévi-Strauss para designar o “pensamento selvagem” (primeiro ou mítico) dos povos primitivos. Se esse é o pensamento em estado selvagem, a construção em estado selvagem, é, então, bricolagem. [...] O *bricoleur*, ao contrário do “homem de artes” (no caso, o arquiteto), jamais vai diretamente ao um objetivo ou em direção à totalidade: ele age segundo uma prática fragmentária, dando voltas e contornos numa atividade não planificada e empírica³¹.

Nas terras que foram de fato os únicos locais de residência próximos às áreas de construção viáveis para as famílias pobres, os candangos construía seus alojamentos aproveitando o refugio dos materiais utilizados para a construção dos palácios. No caso de Sacolândia, ocupação que foi fotografada por Gautherot e localizava-se em zona rural próxima ao plano piloto, deu-se o nome pelo fato dos barracos tomarem como fechamento os sacos de cimentos retornados dos canteiros de obras. Nas outras vilas e favelas era comum a reutilização das madeiras utilizadas como formas para as estruturas de concreto desenhadas por Niemeyer. Para a concepção de seu abrigo, Jacques (2002) destaca a capacidade em que o arquiteto-favelado tem em operar sobre lógicas de reciclagem arquitetural de forma fragmentária resultante da recomposição de antigas arquiteturas.

A recomposição desses fragmentos, restos e pedaços, misturados com muitos outros, tem sempre como resultado uma forma completamente diferente daquela de onde eles provêm. A incessante reconstrução com fragmentos de materiais já utilizados, detentores de uma história construtiva própria, constitui a temporalidade dessa outra maneira de construir. Sua “poesia” reside justamente na dimensão aleatória do resultado, sempre inesperado e intermediário³².

O candango favelado *bricoleur* era também o construtor do projeto moderno, seguindo o termo usado por Lévi-Strauss em seu pensamento selvagem poderíamos dizer que os candangos eram modernos selvagens. Apropriando-se da bricolagem, parece-nos que de alguma maneira esse modo candango de fazer e construir tenha contaminado, talvez de forma completamente inconsciente, a própria arquitetura de Oscar Niemeyer quando visitamos, por exemplo, a sua proposta para o pavilhão que serviu de residência presidencial provisória, o Catetinho, também conhecido como o Palácio das Tábuas, que seria uma arquitetura moderna candanga, mas já menos “selvagem”:

³⁰ Jacques (2001, p.24) cita o antropólogo francês: “Em nossos dias, o *bricoleur* continua sendo aquele que trabalha com as mãos, utilizando meios desviantes em relação aos empregados pelo homem de artes”.

³¹ JACQUES, 2001, p.24

³² JACQUES, 2001, p.25

Oscar Niemeyer inventou a maneira de fazer uma arquitetura modernista candanga quando projetou, para a Fazenda Gama, o pavilhão que serviu de residência presidencial provisória, o Catetinho (1956), também conhecido por Palácio das Tábuas. Edifício horizontal, com um pavimento sobre pilotis, todo feito de madeira, de maneira a reforçar o seu caráter provisório. Mesmo tão modesto, não faltou pedigree ao Catetinho, versão povera do Park Hotel (1944), em Nova Friburgo. E nem prole, uma vez que iria servir de verdadeiro molde para o estilo candango que se alastraria...³³

O afogamento da Vila Amaury



Imagem 12 : Vista da Vila Amaury, onde hoje localiza-se o lago Paranoá. Fonte. s. data. Paulo Manhães de Almeida. Acervo Paulo Manhães © versão digital editada: Lina Kim e Michael Wesely ©

Imagem 13: Foto recente do mesmo local já inundado pelo Lago Paranoá. Fotografia de Ivani Neiva ©

³³ SCHELLE, 2004

Lago Paranoá (...) Em 1894 o botânico francês Auguste Glaziou, paisagista de Dom Pedro II, aqui esteve com a Missão Cruls e disse categoricamente: se construírem uma cidade aqui há que se fazer um lago. E indicou o lugar da barragem, exatamente onde ela está hoje. Muitos dos trabalhadores que construíram a barragem ficaram por ali, formando a favela do Paranoá, origem da cidade com o mesmo nome, transferida para uma parte mais alta. Lenda urbana: as águas represadas subiram tão rápido que muitos tratores, caminhões e equipamentos ficaram submersos. Um ou outro, velho, quebrado, abandonado, talvez. A verdade é que uma cidade inteira ficou embaixo d'água, isso sim. Foi a Vila Amaury, em frente aos Fuzileiros Navais, perto da Vila Planalto. Como o governo sabia que a área seria inundada deixou que ali se construíssem muitos barracos. Mergulhadores já fotografaram pisos, calçadas e ruínas da cidade submersa. (...) ³⁴

Brasília submersa é o título da chamada da reportagem do Jornal Estado de São Paulo de 16 de outubro de 2010, que diz: “O repórter fotográfico Beto Barata, que atua pelo Grupo Estado, mergulhou nas águas do Lago Paranoá, em Brasília, e de lá produziu imagens bem pouco conhecidas, inclusive para a maioria dos brasileiros. Durante um ano o fotógrafo trouxe à tona vestígios da Vila Amaury - localidade inundada após a construção da Capital Federal, imagens dos animais que habitam as profundezas e das pessoas que utilizam as águas como forma de lazer. O trabalho que teve início em agosto de 2009 virou um livro e ganhou exposição no Museu Nacional da República, na Esplanada dos Ministérios.”



Imagem 14 : Ruínas submersas da Vila Amaury. Fotografia de Beto Barata ©

³⁴ BEHR, 2014, p.90-91



Imagem 15 : Ruínas submersas da Vila Amaury. Fotografia de Beto Barata ©

Apesar da matéria em jornal de circulação nacional, do livro publicado e da exposição no museu com as fotos da Vila Amaury submersa feitas por Luiz Alberto Cortes Silva, conhecido como Beto Barata, a história da Vila Amaury ainda permanece silenciada na história de Brasília, sendo ainda considerada, como disse o poeta Nicolas Behr, como uma “lenda urbana”, uma das “lendas”, como dizem os pioneiros (arquitetos, urbanistas e engenheiros que participaram da construção da cidade), contadas pelos candangos (operários, os verdadeiros construtores da cidade), que Lucio Costa chamou de “disse que disse” em entrevista para Vladimir Carvalho no filme *Conterrâneos Velhos de Guerra* (1991): “esse disse que disse, disse que disse, motorista de taxi, cada candango conta uma coisa, os que colaboraram com a construção de Brasília tem essa tendência, de romanciar, dar muita importância...” Desde sua construção o mito funcionalista/purista já é colocado em questão mas tudo que se opunha a essa ideia purista foi devidamente silenciado ou no caso da Vila Amaury, afogado. Poucas bibliografias se debruçam sobre o processo de inundação da vila, entretanto alguns relatos dos antigos moradores nos aclaram de como os processos de remoção e inundação ocorreram:

“Muita gente não acredita, porque não está nos livros. Eu mesmo nem comento que cheguei aqui em 1958, porque não tenho documento provando. Muitos daquele tempo, e lá da Amaury, sentem isso. Estavam lá, viram e viveram tudo, mas é a palavra deles, sem comprovação. Quando as águas vieram, as pessoas corriam primeiro para salvar seus documentos, para adiante provar que existiam.”

“Daí a água foi subindo, subindo, subindo e ninguém acreditava. Olhava, mas não acreditava. Diziam: ‘não é possível que essa água vai chegar; (...) as pessoas deixavam tudo

para trás no dia em que a água chegou. Reparei vizinho correndo, acordando os outros: vem cá, a água está subindo...”

“As pessoas saem de Minas, Goiás, da Bahia, do Nordeste para vir tentar a vida aqui. E depois, de uma hora para a outra, ver a água chegando e invadindo e levando tudo o que elas construíram - casas, móveis, memórias, histórias, a vida... É triste, viu...”

“O Lago vem vindo, o Lago vem vindo”... berravam. Ninguém acreditava que as águas iam, mesmo, inundar a Vila. Só deu tempo de pegar as roupas, e as casas ficaram debaixo do Lago. Ali tem televisão, rádio, geladeira, barraco, ali tem tudo. Só não perderam a família, porque correram.”³⁵

O Lago Paranoá, lago artificial de Brasília, foi construído a partir do represamento do rio Paranoá. A barragem data de 1956, um ano antes data do início do concurso público para o Plano Piloto da nova capital. A proposta de alagamento já existia, como bem disse Nicolas Behr, desde o final do século XIX, da Missão Cruls, Comissão de Estudos da Nova Capital da União, de 1892, que apontou o local para a futura capital. A sua demarcação inclusive já se fazia presente na cartografia do edital do concurso para o Plano Piloto da capital, todos os projetos apresentados já contavam com o Lago no local onde ele fica hoje. A construção da barragem também aconteceu sob ritmo acelerado para ser entregue juntamente com a inauguração da cidade, reproduzindo as mesmas condições de trabalho e alojamento vistos na construção de Brasília. O alagamento já planejado, que inundou a Vila Amaury, aconteceu em 1960, mesma data de inauguração de Brasília, mas o lago só subiu completamente depois da inauguração (a parte alta da Vila ainda existia na inauguração), os moradores foram removidos para as cidades satélites: Taguatinga, Sobradinho, Gama.

A Vila Amaury abrigou muitos dos operários que trabalhavam na construção da nova capital, principalmente aqueles que contruíram o Palácio da Alvorada, o Palácio do Planalto e o Congresso Nacional, bem perto dali. Como já foi dito, as empresas de construção contrataram migrantes de várias regiões do país, principalmente sertanejos nordestinos, mas só fornecia alojamento para os solteiros. Várias vilas, como eram chamadas as favelas, foram autoconstruídas pelas famílias que migraram juntas para construir a capital. A construção era gerenciada pela NOVACAP – Companhia Urbanizadora da Nova Capital, coordenada por Israel Pinheiro, o arquiteto Oscar Niemeyer coordenava o serviço de Arquitetura e Urbanismo (sendo também responsável pelo concurso público). Tolerada pela Novacap, como um tipo de alojamento provisório, a ocupação autônoma e espontânea das áreas onde se localizava a Vila Amaury (também conhecida como Vila Mauri ou Amauri), foi efetiva apenas no período de construção da capital e a data de sua fundação não consta das narrativas históricas da construção da cidade. Em algumas versões, sugere-se, inicialmente para o assentamento, o nome de Vila Bananal, por estar próxima ao córrego que junto com o rio Paranoá formará o lago artificial de mesmo nome do rio represado, a designação de Vila

³⁵ Relatos dos antigos moradores extraídos da publicação do livro “Uma cidade encantada, memórias da Vila Amaury em Brasília” de NEIVA, I.C, 2017.

Amaury, todavia, seria referente a um dos possíveis líderes, ou fundadores da ocupação, Amaury de Almeida, que teria almejado carreira política com desejos de tornar-se deputado e fazia parte do quadro técnico da própria Novacap.

Nos primeiros meses de 1959, ele [Amaury de Almeida] organizou uma campanha bem-sucedida para criar um novo assentamento como meio de reunir em um só acampamento legal os milhares de favelados que trabalhavam para as empresas de construção mas que, por uma outra razão, haviam fixado residência ilegal dentro e à volta do Plano Piloto. Para o aspirante à vida política, essa reunião seria uma maneira de estabelecer uma base eleitoral. Para a Novacap, parecia uma maneira pacífica de reunir favelas dispersas em um sítio único, mais fácil de vigiar. Para assegurar que o novo povoamento seria temporário, como os outros que havia autorizado para os pioneiros, a Novacap localizou-o em uma terra baixa, que seria inundada com a construção de um lago artificial, o Paranoá. O governo pretendia que, por volta do dia da inauguração de Brasília, tudo o que tivesse restado da destruição dos tratores ficasse debaixo d'água.³⁶

A Vila Amaury foi a única ocupação recenseada antes da inauguração, no ano de 1959, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE, e suas características podem nos ajudar a entrever as demais vilas, hoje já inexistentes. Apesar dos relatos indicarem um contingente populacional de até 15 mil pessoas, o censo da época contabilizou cerca de 6.200 habitantes, quase 10% de toda a população residente no Distrito Federal. Diferentemente dos acampamentos de construtores, notamos a existência de núcleos familiares na vila com uma presença significativa de mulheres, frequentemente esquecidas, silenciadas e apagadas do histórico de construção da capital³⁷. Além disso era possível de se encontrar comércios e serviços na vila reproduzindo equivalente conformação espacial das outras favelas brasileiras autoconstruídas. Ainda, a partir do censo de 1959, podemos perceber que “mais de 99% da população da Vila Amaury vivia em lares de famílias, a maior incidência de residência familiar de todos os novos estabelecimentos do Distrito Federal, comparável apenas àquela das cidades preexistentes de Planaltina (97%) e Brasilândia (100%)” (HOLSTON, 2010 [1993] nota 12, p. 177)

O afogamento de Vila Amaury parece-nos remontar também a outros processos de silenciamento e afogamento históricos no Brasil. Hoje em dia está também submersa, a antiga vila de Canudos, um importante movimento de resistência nordestina aos novos ditames impostos pela República brasileira no fim do século XIX. O pequeno vilarejo autoconstruído de Canudos, com cerca de 20 a 25 mil habitantes, no sertão da Bahia, tornou-se rebelde à República, recém instalada, por não aceitar as mudanças impostas pelo novo regime; os moradores rebelavam-se contra a emissão de títulos e documentos e se negavam a pagar impostos requeridos pela República. O assentamento no interior baiano atraiu milhares de sertanejos, entre

³⁶ HOLSTON, 2010, p. 214

³⁷ No que se refere à presença feminina na construção da cidade, conferir VIEIRA, D. **Corpo feminino e modernidade na construção de Brasília: uma leitura a partir do cinema**. 2016. 204 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

eles camponeses, índios e escravos recém-libertos, que buscavam nas promessas de Antônio Conselheiro e nas oportunidades de trabalho coletivo na terra outras formas de sobrevivência. A movimentação despertou a ira dos latifundiários da região e da República, que logo tratou por retrucar a ocupação com o envio de tropas militares. Depois de três vitórias sertanejas, uma quarta expedição, em 1896, com oito mil homens foi enviada para a área e dessa vez o vilarejo, em uma “guerra” de 30 mil mortos, foi violentamente destruído. As ruínas da cidadela foram dinamitadas pelo exército republicano e a cabeça de Conselheiro foi levada como troféu para a cidade de Salvador, 1ª capital do país. As ruínas da velha cidade de Canudos foram inundadas na segunda metade XX para a construção de um açude e podem ser vista em tempos de estiagem quando o nível do reservatório está baixo.

As populações de soldados retornados da guerra de Canudos, ao regressarem para a capital, o Rio de Janeiro, não tinham onde morar, como não havia mais lugar nos quartéis, foi permitido que eles contruíssem suas casas no morro ao lado, o Morro da Providência, logo apelidado pelos soldados de Morro da Favella, em alusão ao outro morro, no Sertão, de onde eles atacaram a cidade de Canudos, e chamado desta forma por causa de uma vegetação típica de lá, a faveleira, um pequeno arbusto. Essa história de Canudos está muito bem descrita no livro clássico de Euclides da Cunha, *Os Sertões* (1902). Nos morros do Rio de Janeiro, os soldados se juntaram aos ex-habitantes dos cortiços³⁸ que, considerados foco epidêmico de doenças, sofreram, desde o início de sua ocupação, tentativas recorrentes de remoção e demolição. Um dos mais famosos cortiços da época, conhecido como “Cabeça de Porco”, chegou a abrigar em suas instalações cerca de 4 mil moradores e foi demolido em 1893. Os antigos moradores do cortiço se viram expulsos e com o refugio da demolição de suas antigas habitações, acabaram ocupando as encostas dos morros vizinhos. Nessa área, construíram seus barracos, e foi aí, a partir do ano de 1897, na volta de Canudos, que foram autoconstruídos também os casebres dos soldados, consolidando assim a mais antiga favela carioca ainda existente e resistente (hoje conhecida como Morro da Providência, que ainda luta contra sua remoção pelo projeto Porto Maravilha desde de 2011). Nessa época, por sua baixa densidade e pelo vento constante nos morros, as favelas não eram ainda, como os cortiços, o alvo dos higienistas, a partir de 1903, com as ações da política do “Bota-abaixo”, de Pereira Passos, demoliu-se ainda diversos cortiços pela cidade como parte integrante de mais um plano de modernização de uma cidade Capital, o Rio de Janeiro. O termo Favella deixa de ser nome próprio, vira favela e passa a designar as ocupações semelhantes em todo o país a partir do final dos anos 1920³⁹. Aproximando a realidade das vilas e favelas remanescentes da construção de Brasília, com a realidade das demais cidades brasileiras, Milton Santos, em 1965 – situação anterior à maciça campanha de erradicações de invasões, CEI, no plano piloto - diz-nos:

³⁸ Cortiços eram os antigos casarões de famílias falidas por consequência do fim do regime econômico de exploração escravagista que se tornaram moradias plurifamiliares. Em romance, esse período é narrado por Aloísio de Azevedo com a publicação de *O Cortiço* no ano de 1890.

³⁹ Sobre a história das favelas cariocas ver: Paola Berenstein Jacques, *Les Favelas de Rio*, Paris, Harmattan, 2001.

Mas Brasília é igualmente um organismo heterogêneo. Nisso se irmana às demais capitais e grandes cidades da América Latina, reunindo em bairros de características opostas populações com qualificações também contrastantes. Aqui a oposição é original e se tornou persistente. Daí, ao lado das imponentes edificações do plano piloto, os casebres, típicos de bidonville de aglomerações como o Núcleo Bandeirante, também chamado Cidade Livre. Esta resultou da necessidade de alojar os construtores da capital e os que, tendo ou não ocupação fixa, se sentiram atraídos pelos trabalhos da construção. Chamou-se Cidade Livre para evidenciar a oposição relativamente à outra, construída segundo normas rígidas. Pensaram os construtores de Brasília que poderiam suprimir essa Cidade Livre, logo terminada a construção da Capital, ou que estaria em suas forças substituí-la, atribuindo residências corretas aos seus ocupantes. Isso, porém, não foi obtido até então, e o que resta é um vivo contraste. **Milton Santos** (1965)

Apesar das tentativas forçadas de erradicação dos contrastes, nos é possível perceber os rastros desses embates e lutas que sobrevivem nos traçados mnemônicos e que ainda resistem e persistem pela perseverança dos seus modos de vida, como é o caso da remanescente Vila Planalto. Localizada topograficamente em área mais elevada do que a Vila Amaury, a ocupação não foi inundada e permaneceu a partir de disputas e resistiu ao longo dos anos às ameaças constantes de remoções. Ainda hoje, podemos encontrá-la dentro do plano piloto com seu traçado urbano diverso, heterogêneo e desviante do restante da capital. Vê-se que a violência, inscrita nos corpos dos candangos, é um modo recorrente e que atravessa o tempo, atualizando-se em diferentes dispositivos de exclusão.

A imagem da Vila Amaury submersa nos remeteu a outros silenciamentos em Brasília, chegamos assim aos próprios construtores dessa capital moderna, os anônimos candangos sobreviventes. Não se sabe ao certo quantos morreram acreditando na heroica missão de construir (em tempo recorde) a capital do país, com grande orgulho de fazer parte do novo país moderno. Apesar dos silenciamentos, mortes e do afogamento de Vila Amaury muitos candangos ou seus descendentes ainda moram no entorno do Plano Piloto e podem ser encontrados, ainda hoje, no grande “melting pot” da rodoviária dessa “capital aérea e rodoviária”, como disse Lúcio Costa. Basta ir à rodoviária ou ainda pegar um taxi qualquer na capital para ouvir as infindáveis histórias dos candangos que foram silenciadas, mas permanecem vivas na memória e nos corpos daqueles construtores. Sob a cidade máxima do urbanismo moderno, nos seus subterrâneos de pólis “sem história”, jazem os rastros submersos de um outro país; de uma civilização arcaica e popular, que apesar das tragédias e invisibilizações continuam a viver, resistir e subverter as exclusões e interdições que ainda hoje lhes são impostas cotidianamente, em Brasília ou em qualquer outro centro urbano brasileiro.

Apesar dos silenciamentos e afogamentos, os embates constantes por uma inventividade de sobrevivência, resistência e persistência na vida heterogênea em disputa, aquilo que Ana Clara Torres Ribeiro (2005) chamava de “racionalidades alternativas”, sempre sobrevivem. A perseverança da Vila Planalto e as imagens submersas da Vila Amaury levam-nos ao questionamento de como seria a capital federal, Brasília, se todas as vilas e favelas tivessem permanecido no Plano Piloto, teríamos uma capital da

“modernidade popular”⁴⁰? Ambas as imagens mostram inventivos gestos alternativos aos espaços esquadrihados e restritivos às suas próprias subjetividades. Racionalidades alternativas que questionam, subvertem, desviam mas coexistem com as racionalidades modernas positivistas. São “gestos aberrantes”⁴¹ que mostram as condições díspares e desestruturam, ainda que efemeramente, o estatuto legitimador de suas estigmatizações. Nesse sentido, evocamos a potência dessas subjetividades enquanto vagalumes de contra-poderes, como sugeridos por Geroges Didi-Huberman (2011), tomando a forma em lampejos de imagens erráticas que sobrevivem nos escombros dos tempos históricos. Vagalumes que aberram, contestam, desviam, subvertem, inventam, criam e instauram racionalidades alternativas à lógica parcelar e excludente violentamente imposta, em nome do mito da pureza⁴² e da modernidade. Gestos vagalumes que deixam rastros das lutas e dos embates e que incessantemente, no aparecer e desaparecer de suas movimentações, nos comunicam (e também nos assombram) de suas sobrevivências até os nossos dias.

Referências Bibliográficas

- ARANTES, O. “Esquema de Lucio Costa” In: NOBRE, A.L; KAMITA, J. M.; LEONÍDIO, O.; CONDURU, R.; **Lucio Costa**, um modo de ser moderno. São Paulo: Cosac & Naify, 2004
- BICCA, Paulo; PAVIANI, Aldo. **Brasília, ideologia e realidade**: espaço urbano em questão. São Paulo, SP: Projeto Editores Associados, Brasília, DF: CNPq, 1985
- BEHR, N. **Brasília-Z** cidade-palavra. Brasília: Ed. do autor, 2014
- DIDI-HUBERMAN. **Sobrevivência dos vaga-lumes**. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2011
- FERRO, S. O canteiro e o desenho (1976) In: Pedro Fiori Arantes (org.): **Arquitetura e trabalho livre / Sergio Ferro**, São Paulo: Cosac Naify, 2006
- FRAMPTON, K. In: TITAN JR, BURGI (org.) **Marcel Gautherot Brasília**: com um ensaio de Keneth Frampton. Rio de Janeiro: IMS, 2010
- GORELIK A. **Das vanguardas a Brasília**. Cultura urbana e arquitetura na América Latina. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005
- JACQUES, P. B. **Estética da ginga**: a arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica, Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2001
- HOLSTON, J. **Cidade Modernista**: uma crítica de Brasília e sua utopia. (1993), 2. ed. São Paulo: Companhia das letras, 2010

⁴⁰ Termo cunhado pelo equatoriano Eduardo Kingman (FLACSO) em seus estudos sobre a modernidade, e a participação dos indígenas, em Quito.

⁴¹ Sobre os gestos aberrantes, ver: JACQUES, P. B., LOPES, D., QUEIROZ I., et. al. Heterocronias urbanas e gestos aberrantes In. JACQUES, P. B, BITTO, F. D. (org.) **Corporidade**: gestos urbanos. Salvador: EDUFBA 2017,

⁴² Lembrando-se da famosa frase do artista Hélio Oiticica inscrita em um dos penetráveis da “instalação” Tropicália (1967): *A pureza é um mito*. Ver: JACQUES, P. Tropicália Brasília: a pureza é um mito. In. SZANIECKI, B., COCCO, G., PUCU, I. (org.) **Hélio Oiticica, para além dos mitos**. Rio de Janeiro: R&L Produtores Associados, 2016,

_____. “O espírito de Brasília: modernidade como experimento e risco” In: NOBRE, A.L; KAMITA, J. M.; LEONÍDIO, O.; CONDURU, R.; **Lucio Costa**, um modo de ser moderno. São Paulo: Cosac & Naify, 2004

MOSER, B. **Autoimperialismo**. Tradução: Eduardo Heck de Sá, 1.ed. São Paulo: Planeta, 2016

NEIVA, I.C. **Uma cidade encantada**. Memórias da Vila Amaury em Brasília. Brasília: Ed. da autora, 2017.

NUNES, B. F., *Brasília: A fantasia corporificada*, Brasília, Paralelo 15, 2004.

RIBEIRO, Gustavo Lins. **O Capital da Esperança**: a experiência dos trabalhadores na construção de Brasília. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2008

RIBEIRO, A. C. T. Sociabilidade hoje in: **CADERNO CRH**, Salvador, v. 18, n. 45, p. 411-422, Set./Dez. 2005,

SANTOS, Milton. **A cidade nos países subdesenvolvidos**, Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1965.

SANTOS, C. N. F. (1979) Brasília: Belo sonho ideológico que se tornou um pesadelo. In: Alberto Xavier, Júlio Katinsky (org.) **Brasília**: antologia crítica. São Paulo: Cosac Naify, 2012

SCHELEE, A. “Narrativas históricas e culturais de Brasília” In: SABOIA L., DERNTL M.F. **Brasília 50+50** cidade, história e projeto. Editora UnB, 2014

WARBURG. A. **Histórias de fantasmas para gente grande, escritos, esboços e conferências**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

WESELY, M. KIM, L. Arquivo Brasília: Lina Kim e Michael Wesely. São Paulo: Cosac Naify. 2010